



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA - IPOL

BARHEBWA MARK NSHANGALUME

**O CAMINHO PARA RECONSTRUÇÃO DO ESTADO ALÉM DOS
CONFLITOS ÉTNICOS – UMA ANÁLISE DO CASO DE RUANDA APÓS
OS CONFLITOS DE 1994**

Brasília – DF

Junho – 2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA - IPOL

BARHEBWA MARK NSHANGALUME

**O CAMINHO PARA RECONSTRUÇÃO DO ESTADO ALÉM DOS
CONFLITOS ÉTNICOS – UMA ANÁLISE DO CASO DE RUANDA APÓS
OS CONFLITOS DE 1994**

Monografia entregue ao **Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília** como exigência para obtenção do título de **Bacharel em Ciência Política**.

Orientador: Prof. Dr. Aninho Mucundramo Irachande

Brasília – DF

Junho – 2018

DEDICAÇÃO

Dedico este trabalho a toda minha família imediata e aos meus ancestrais. Também dedico a todos os meus amigos, professores da Universidade de Brasília – UnB, aos colegas e a todos os que me ajudaram direta ou indiretamente.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente, aos meus parentes e a minha família de perto e de longe, ao governo do Brasil através do Ministério da Justiça para os Refugiados e ao CONARE por ter proporcionado os meios para que eu pudesse chegar a Universidade de Brasília, desejo este que tive desde que cheguei a Brasília.

Agradeço ao meu orientador Aninho Mucundramo Irachande, que me auxiliou de forma excelente. Sou grato pela compreensão, exemplo de retidão, pelo entusiasmo e pela honestidade intelectual que sempre expressou em nossas sessões de orientação, sempre esteve disposto a me socorrer, mesmo quando me faltavam ideias ou quando eu não sabia mais por qual caminho seguir. Agradeço aqueles que contribuíram para que aquela vontade de conhecer se concretizasse sob a forma desta monografia.

Gostaria de agradecer também Irmã Rosita Milesi, diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos, Luci Lemes Nepomuceno, Alfredo Carlos Cavedal, Carmen e Cloves Araujo, Teófilo kayumpa, Professora Lucia Maria de Assunção Barbosa, Bispo André, Sebastião e Simon Byamungu, que me ajudaram em grande medida e que mesmo com as infinitas dúvidas e perguntas jamais deixaram de ser pacientes ou de está ao meu lado nesta jornada.

Sou grato a todos os professores do IPOL-UnB pelo apoio do começo do curso até a conclusão, sempre acreditando no meu potencial, muito mais do que eu até, cuja assistência foi fundamental para a confecção desta monografia.

Não há palavras que expressem a gratidão que sinto por meus amigos, amigas, colegas me ajudando e que nos momentos de angústia e incerteza em relação a monografia estavam ao meu lado para me ouvir, assistir, e principalmente, me acalmar. Agradeço-lhes pelo apoio e confiança; sobretudo, agradeço-lhes por serem essas pessoas maravilhosas que foram e são. Halleluyah.

RESUMO

Nossa pesquisa em forma de monografia vai fazer uma análise do genocídio ocorrido entre Tutsis e Hutus em Ruanda no ano de 1994 e vamos analisar também os caminhos que tomaram para a reconstrução do país após o genocídio. Faremos um breve histórico sobre o país e sobre como o mundo encarou o conflito e como a justiça foi feita para punir os responsáveis pelo conflito. Durante a pesquisa notamos a grande importância das mulheres na reconstrução do país nos campos da política, no trabalho e também para a manutenção da paz entre as etnias. Defende-se, neste estudo, que a emergência da dimensão da reprovação moral é facilitada em processos judiciais dialógicos, em oposição ao modelo de justiça adversativa, peculiar dos tribunais domésticos e internacionais da atualidade, e que o contexto cultural, temporal e geográfico de cada sociedade cria o ambiente necessário para a perfeita comunicação. Ruanda foi escolhido como tema por ser um cenário cheio de diversidade cultural, étnica e histórica, principalmente por peculiaridade cultural, religiosa, e social, em se comparando com o ocidente individualista-liberal. O caráter comunal de sua sociedade traz reflexos importantes para os casos mais atroz de violação maciça aos direitos humanos e passa hoje por um esforço sem precedentes de reestruturação econômica, política, social e legal. Uma vez que nenhum estado está isento de passar por crises tão profundas como as que serão analisadas, nosso objetivo é contribuir com o debate profícuo a respeito da reconciliação nacional através da justiça. Ressalto que não defendo um modelo ideal ou alguma panaceia. Para cada caso, há soluções diversas a serem pensadas dentro das contingências apresentadas.

Palavras-chaves: Ruanda; Genocídio; Tutsis; Hutus; Justiça.

ABSTRACT

Our research in the form of a monograph will analyze the genocide between Tutsis and Hutus in Rwanda in 1994, and we will also examine the ways they have taken to rebuild the country after the genocide. We will take a brief history of the country and how the world faced the conflict and how justice was done to punish those responsible for the conflict. During the research we note the great importance of women in the reconstruction of the country in the fields of politics, work and also for the maintenance of peace among the ethnic groups. In this study, it is argued that the emergence of the dimension of moral reprobation is facilitated in dialogical judicial processes, as opposed to the adversarial justice model peculiar to today's domestic and international courts, and that the cultural, temporal and geographic context of each society creates the necessary environment for perfect communication. Rwanda was chosen as a theme because it is a scenario full of cultural, ethnic and historical diversity, mainly due to cultural, religious and social peculiarities, in comparison to the individualist-liberal West. The communal character of his society brings important reflections to the most atrocious cases of massive violation of human rights and is now undergoing an unprecedented effort of economic, political, social and legal restructuring. Since no state is exempt from crises as deep as those to be analyzed, our goal is to contribute to the fruitful debate on national reconciliation through justice. I emphasize that I do not advocate an ideal model or some panacea. For each case, there are several solutions to be considered within the contingencies presented.

Keywords: Rwanda; Genocide; Tutsis; Hutus; Justice.

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

APROSOMA	Association pour La Promotion social de La Masse
ACNUR	Alto Comissão dos Nações Unidas para Refugiados.
AGOA	Adaptar o Sistema do Governo na África
CEO	Organização do Comercio Externo
CONARE	Comissão Nacional pelo refugiados
CD-ROM	Copy disk –Rom.
ENCE –IBGE	Instituto Brasileiro Geográfica e Estatísticas.
FDLR	Frente Democrática de Libertação do Ruanda
FDU	Força Democráticas Unificadas.
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPR	Frente Patriótica Ruandês
GOL	LinhasAéreas Inteligentes –Brasil
HIV	VírusImunológico de Síndromes Aquis.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LATAM	Agencia de Aviação Airlines Brasileiro
MW	Megawatt.
MDR-PARMEHUTU	Mouvement Democratique Ruandaise-Parti et de 1, emancipation Hutu.
MSM	Mouvement Social Muhutu
ONGS	Non-Governmental Organização.
ONU	Organização das Nações Unidas
OMC	OrganizaçãoMundial do Comercio.
PIB	Produto Interno Bruto.
RPE	Partido Governista Ruandês feminina.
RADER	Rassemblement Democratique Ruandaise.
Ruanda, INC	Nation Devasted become aneconomic Model For Developing World
SUS	Serviço de Saúde Único.
TIPR	Tribunal Internacional Por Ruanda.
TV	Televisão.
UA	União Africano.

UNAMIR	Missão de Assistência das Nações Unidas em Ruanda.
UNAR	União Nacional Ruandês
USD	Dólar
VISA –INC	American Multinations Financial Service Corporation.
W	Watt.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CAPÍTULO I - BREVE HISTORIA DO PAIS E DO POVO DE RUANDA.....	13
2.2 Ruanda – dados de 1994.....	14
3 CAPÍTULO II - O CONFLITO ETNICO-TRIBAL: CAUSAS E CONSEQUENCIAS.....	19
2.1 O “direito” de agressor	20
2.2 A ameaça da violência.....	20
2.3 As consequências da intolerância e do ódio.....	22
2.4 O genocídio na gênese do estado nacional.....	23
4 CAPITULO 3 - A PACIFICAÇÃO PÓS GENECCIDIO.....	30
3.1 Paul Kagame e a Nova Ruanda.....	32
5 CAPÍTULO 4 - OS CAMINHOS DA RECONSTRUÇÃO.....	35
4.1 Abandonando o diesel.....	39
4.2 Transporte aéreo em Ruanda.....	40
4.3 Ruanda aposta em tecnologia para superar passado e transformar o país.....	41
4.3.1 Comunicações.....	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
5 REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa em forma de monografia vai fazer uma análise do genocídio ocorrido entre Tutsis e Hutus em Ruanda no ano de 1994 e vamos analisar também os caminhos que tomaram para a reconstrução do país após o genocídio. Faremos um breve histórico sobre o país e sobre como o mundo encarou o conflito e como a justiça foi feita para punir os responsáveis pelo conflito. Durante a pesquisa notamos a grande importância das mulheres na reconstrução do país nos campos da política, no trabalho e também para a manutenção da paz entre as etnias.

Em sociedades recém-saídas de conflitos internos ou governos opressores, a necessidade de reconciliação social e reconstrução política reflete diretamente a demanda dos envolvidos por paz e segurança. O sucesso deste processo de reconciliação e reconstrução é influenciado pelo papel que o direito e a justiça desempenham na transição. O objeto de estudo dessa monografia, portanto, será verificar a contribuição que a justiça pode oferecer ao processo de restauração social e reconciliação em sociedades em transição.

Decorridos mais de seis anos da prisão dos acusados, Ruanda despertou para a necessidade de experimentar uma nova forma de justiça, surgiu, a partir de 2001, os chamados tribunais Gacaca, formados pela própria comunidade local, que aplicam medidas de restauração psicossocial das vítimas e de reintegração dos perpetradores. Esses tribunais têm representado uma resposta à incapacidade dos meios formais de justiça de alçar o país em direção a uma nova perspectiva de convívio social pacífico e solidário. (PEREIRA JUNIOR, 2010, p.20).

Araújo descreve outro caso sobre Ruanda:

O segundo caso, cronologicamente anterior ao de Ruanda, será o processo de transição pós-apartheid na África do Sul. O processo pacífico e, de forma geral, bem-sucedido, baseado no estabelecimento da Comissão da Verdade e Reconciliação, com uma concepção de justiça diferente da justiça retributiva reinante na prática corrente dos tribunais, não poderia deixar de ser analisado. A catarse sócia liderada pelo reverendo Desmond Tutu oferece uma nova visão de justiça, centrada no perdão e na restauração não só das vítimas, mas também dos acusados. Neste caso, a reflexão se dará a respeito dos benefícios e das falhas de um modelo que valoriza um conceito de justiça dialógico e restaurativo em contraposição ao modelo tradicional de justiça adversativa e retributiva. (ARAÚJO, 2001. p. 25).

O último caso está posicionado no centro desse continente que tem em seus extremos o caso de Ruanda, de um lado e o caso da África do Sul, de outro. Enquanto Ruanda representa a ênfase nos modelos de justiça retributiva e adversativa (com exceção dos tribunais Gacaca) e a África do Sul surge como o exemplo de opção política pela justiça restaurativa e dialógico, Serra Leão tenta conjugar os dois modelos, por meio da Comissão da Verdade e Reconciliação e da Corte Especial. A guerra interna que eclodiu no país deixou um rastro de crianças, adultos e

velhos mutilados física e psicologicamente, A criação de uma comissão da verdade e de uma corte especial misto, com juízes nacionais e estrangeiros, oferece ao processo de transição alternativa mais comprometidas com o impacto social das decisões. A conjugação de um modelo mais dialógico como a comissão da verdade com o modelo da corte especial, contextualizada, revela que a ONU e a própria comunidade internacional têm atentado para o fato de que as alternativas judiciais devem levar em conta o contexto cultural do país e a necessidade de restauração moral da população. Serra Leão tem sido um exemplo de despertar da comunidade internacional para a dimensão moral da justiça.

A população oprimida e perseguida precisa de reparação econômica, de saúde, de emprego, de educação e outras medidas de desenvolvimento social, econômico e político; no entanto, a reprovação moral da situação de opressão e perseguição aparece como um fator psicológico e social estruturante do processo de restauração do país. A falta de responsabilização do sofrimento das vítimas e de suas famílias fazem com que a ferida psicológica e social permaneça latente, podendo ressurgir no futuro em forma de vingança, ressentimento e guerra.

Dessa forma, a primeira parte da monografia tratará da importância de se atentar para a necessidade de reprovação moral do passado para que a justiça, no seu aspecto mais amplo, seja realizada. Entende-se por reprovação moral não apenas a rejeição das ações cometidas pelo estado, mas a responsabilização dos executores destas ações e o reconhecimento dos abusos cometidos contra as vítimas, que deve implicar em reparações individualizadas e coletivas. Nestes casos, o papel da construção da memória e da busca pela verdade é fundamental (PINTO, 2012. p. 12).

Assim, chamar-se a atenção para a dimensão moral como um dos aspectos constituintes da justiça como valor, juntamente com a dimensão dos direitos e dos interesses das partes envolvidas. Defende-se, neste estudo, que a emergência da dimensão da reprovação moral é facilitada em processos judiciais dialógicos, em oposição ao modelo de justiça adversativa, peculiar dos tribunais domésticos e internacionais da atualidade, e que o contexto cultural, temporal e geográfico de cada sociedade cria o ambiente necessário para a perfeita comunicação (PINTO, 2012. p. 16).

A transição política, principalmente quando se trata da passagem de períodos de regimes opressores ou de conflitos internos de larga escala para um governo democrático, está longe de ser um processo fácil para a maioria dos países. O governo precisa construir uma ponte entre o passado e o futuro, restaurando as ruínas deixadas para trás a fim de dar sólido fundamento ao

futuro a ser construído. Esta tarefa esbarra inexoravelmente no que denominaremos de justiça transicional ou justiça de transição.

Como será exposto com mais detalhe, dividiremos as alternativas de justiça transicional em modelos legais (leis de anistia geral e a leis de purificação), judiciais (tribunais domésticos e tribunais internacionais), e quase judiciais (comissões de verdade). Esta divisão está centrada nas medidas de responsabilização dos autores de crimes, deixando deliberadamente de fora as ações diretamente voltadas à reparação pecuniária das vítimas e a construção de memória coletivo.

Afim de analisar como estes modelos foram aplicados na prática, Três processos de justiça transicional serão apresentados no Ruanda, na África do Sul, e no Serra Leão. A observação de todos os modelos aplicados nessas transições permitirá a percepção do amplo espectro de alternativa possíveis, desde as mais formais até as mais flexíveis e permeáveis às demandas morais. A partir deste rol de formas jurídicas, poderá ser percebida a tensão entre a busca por punição e a necessidade de reconciliação. Cabe ressaltar que não se quer aqui minimizar a importância dos julgamentos criminais e das prisões dos autores dos crimes (HILKER, 2009. p. 17).

Ruanda foi escolhido como tema por ser um cenário cheio de diversidade cultural, étnica e histórica, principalmente por peculiaridade cultural, religiosa, e social, em se comparando com o ocidente individualista-liberal. O caráter comunal de sua sociedade traz reflexos importantes para os casos mais atroz de violação maciça aos direitos humanos e passa hoje por um esforço sem precedentes de reestruturação econômica, política, social e legal. Uma vez que nenhum estado está isento de passar por crises tão profundas como as que serão analisadas, nosso objetivo é contribuir com o debate profícuo a respeito da reconciliação nacional através da justiça. Ressalto que não defendo um modelo ideal ou alguma panaceia. Para cada caso, há soluções diversas a serem pensadas dentro das contingências apresentadas.

CAPITULO I - BREVE HISTORIA DO PAIS E DO POVO DE RUANDA

Ruanda é um país do Leste da África composto, basicamente, por duas etnias: os Hutus e os Tutsis. Originalmente, os Tutsis eram pastores e pecuaristas ao passo que os Hutus eram lavadores. Mas foi a aparência física que favoreceu os Tutsis quando da colonização belga. Por acreditar que aqueles que tinham traços mais parecidos com os Europeus eram mais evoluídos (algo conhecido como doutrina Hanning) os colonizadores acabaram favorecendo os tutsis que tinham feições mais delgadas e claras, dando-lhes cargo de importância e, conseqüentemente, status social.

Os belgas criaram cartões de identidade étnicos e desde então, a etnicidade tornou-se o fator definidor da existência Ruandesa. A oposição política entre Hutus e Tutsis ganhou um tom mais violento em fins da década de cinquenta. No início dos sessenta, Ruanda tornou-se independente e a partir daí intercalaram-se ciclos de violência em que Tutsis subjugarão Hutus e vice versa. Juvénal Habyarimana era Hutu e tomara o poder na década de setenta. Seu governo não era violento como foram os demais, o que permitiu certo crescimento econômico. Muitos Tutsis fugiram para os países vizinhos, principalmente para Uganda onde podiam encontrar situação melhor. Em Uganda, aos poucos, foi se formando a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) composta de imigrantes ruandeses que pensavam em um dia, retomar o poder em Ruanda.

A força que adquiria a FPR e seus desentendimentos com o exército ruandês, levaram a assinatura dos Acordos de Paz de Arusha, em 1993, que intencionavam assentar bases para criar um governo de coalizão em Ruanda. Ruanda, oficialmente República de Ruanda, a população fala a língua local chamado Kinywaruanda, Kiswahili, Inglês e Francês. País sem Costa marítima localizado na Região dos Grandes Lagos da África Centro –oriental, fazendo fronteiras com Uganda, Burundi, República Democrática do Congo, e Tanzânia

O processo de dominação alemã na região que atualmente corresponde a Ruanda teve início na segunda metade do século XIX. Com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Bélgica assumiu o controle de Ruanda. Entretanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), a Organização das Nações Unidas (ONU) ficou responsável pela administração do país africano. A independência nacional só foi conquistada em 1 de julho de 1962. (ELIZA FIUZA, 2013. pp. 23-25).

Ruanda é um país marcado pelos conflitos entre dois grupos étnicos: hutus (90% da população) e tutsis (9%). Durante o processo de colonização feito pela Bélgica, os tutsis, mesmo sendo minoria, foram os escolhidos pelo poder colonial para governar o país. A maioria hutu

ficou excluída do processo socioeconômico. No entanto, em 1959, os hutus se revoltaram com a condição em que estavam e assumiram o poder em 1961. Esse fato proporcionou o início da perseguição aos tutsis, que se agravou em 1994 com a morte dos presidentes de Ruanda e Burundi. Conforme dados da ONU, o genocídio no país provocou a morte de aproximadamente 1 milhão de ruandeses, sendo que 90% das vítimas eram de origem tutsi.

Além dos constantes conflitos étnicos, os habitantes sofrem com vários problemas socioeconômicos. Mais de 57% dos ruandeses vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, com menos de 1,25 dólar por dia; a subnutrição atinge 40% da população; a taxa de mortalidade infantil é de 97 óbitos a cada mil nascidos vivos; o índice de analfabetismo é de 35% e os serviços de saneamento ambiental são proporcionados para apenas 22% das residências.

A economia nacional é pouco desenvolvida, sendo a agricultura responsável por empregar a maioria dos habitantes – 90% da força de trabalho. Os principais cultivos são: banana, mandioca, feijão, sorgo e, principalmente, chá e café, que são os produtos de exportação. A indústria baseia-se nos seguintes segmentos: têxtil, alimentícia, bebidas, tabaco e petroquímica.

2.2 RUANDA – DADOS DE 1994

Extensão territorial: 26.338 km ² .
Localização: África.
Capital: Kigali.
Clima: Tropical de altitude.
Governo: República com forma mista de governo.
Divisão administrativa: 5 províncias e 30 distritos.
Idiomas: Francês, inglês, Kinyaruanda (oficiais), Kiswahili.
Religiões: Cristianismo 77,7% (católicos 46,5%, protestantes 20,4%, outras 10,8%), crenças tradicionais 8,7%, islamismo 12,8%, outras 0,8%.
População: 9.997.614 habitantes. (Homens: 4.842.097; Mulheres: 5.155.517).
Composição: Hutus 90%, tutsis 9%, tvás 1%.
Densidade demográfica: 380 hab/km ² .
Taxa média anual de crescimento populacional: 2,6%.
População residente em área urbana: 18,56%.
População residente em área rural: 81,44%.
População subnutrida: 40%.

Esperança de vida ao nascer: 45,8 anos.
Domicílios com acesso à água potável: 65%.
Domicílios com acesso à rede sanitária: 22%.
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 0,385 (baixo).
Moeda: Franco ruandês.
Produto Interno Bruto (PIB): 4,5 bilhões de dólares.
PIB per capita: 345 dólares.
Relações exteriores: Banco Mundial, FMI, OMC, ONU, UA. (Wagner de Cerqueiro e Francisco, graduado em geógrafo Equipe Brasil escola).

Em abril de 1994 teve início uma onda de violência que culminaria, apenas cem dias depois, na morte de cerca de 800 mil pessoas. Usando o atentado letal contra o avião do Presidente Habyarimana (em que viajava também o presidente Ugandês) como pretexto, a guarda presidencial e as milícias extremistas Hutus instalaram barricadas nas ruas da capital, Kigali, e começaram a responsabilizar os Tutsis pelo fato. Logo, o genocídio contra os Tutsis se instalou.

A missão de Assistência das Nações Unidas em Ruanda (UNAMIR) chegou a divulgar para o gabinete do Secretária –Geral informações sobre o massacre que estava para acontecer, mas não foi ouvida, e também, não lhe foi concedido poder para defender os Tutsis atacados. Alguns soldados belgas lotados na Unimir chegaram a morrer em meio às ações do poder Hutus contra Tutsis.

Uma controversa missão Francesa (Operação turquesa) chegou a ser autorizada pelo Conselho de Segurança, porem em junho de 1994, o genocídio já começava a perder força em razão da reação da FPR, a qual, finalmente, tornou o pais em 17 de julho.ao que se seguir a formação de um governo de coalização liderando pelo Tutsi, Pasteur (BIZIMBUNGU, 1989, p. 10).

Motivado, a princípio, por pedido do governo Ruanda que, coincidentemente, à época, ocupava um dos assentos rotativos no Conselho de Segurança, este órgão criou, em 08-11-1994, por meio da Resolução 955, o TIPR (Localizado na Haia, nos Países Baixos) o TIPR conta com três órgãos principais: a Secretaria, a Promotoria e as Câmaras. A secretaria é responsável pela administração geral do Tribunal, incluindo os programas de proteção às vítimas e Testemunhas, transportes dos acusados, e etc. A Promotoria é o órgão encarregado de promover investigações,

expedir indiciamentos, e levar a frente as acusações nos julgamentos. (PEREIRA JUNIOR, 2010. p. 19).

O ART 5 do Estatuto do TIPI e TIPR apresenta o seguinte texto: no Artigo 3, crimes contra a humanidade.

O Tribunal internacional para a Ruanda tem competência para ceder contra os responsáveis por qualquer um dos seguintes crimes, quando cometido como parte de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, por motivos nacionais, políticos, étnicos, raciais ou religiosos: - Assassínio, Extermínio, Escravidão, Deportação, Prisão, Tortura, Violação, Perseguição por motivos político-raciais ou religiosos, outros atos desumanos (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 22).

Ruanda se tornou independente em 1962, após um período de relativa brutalidade da colonização belga. Estabelecer a lei e os direitos humanos não foi uma das prioridades do governo pós- independência. Tirania e repressão eram norma. Ruanda foi dos primeiros países da África a declarar-se um Estado de partido Único e a banir todos os políticos de oposição. Desde a independência, milhões de refugiados tem fugido do país devido às sucessivas ondas de perseguição e massacre. Os abusos contra os direitos humanos se tornaram endêmicos e a impunidade institucionalizada. O sistema judicial desde seu início foi formado de juízes e advogados designados com base no clientelismo. As cortes não eram livres nem justas ,mas submissas ao governo ditatorial que culminou no genocídio de 1994.

O genocídio em Ruanda destacar-se não só pela brutalidade e abrangência dos acontecimentos, mas também pelo processo julgamento e punição dos envolvidos. O genocídio, ocorrido no ano de 1994, envolveu quase toda a população do país e ocasionou a morte de cerca de oitocentas mil pessoas, assassinadas em um período de cem dias. Homens, mulheres e crianças comuns matavam face a face, muitas vezes com instrumentos rústicos, como facões e machados. As consequências no país foram tão devastadoras que é quase impossível encontrar uma família tutsi que não tenha perdida um parente no massacre. Em muitos casos, pais hutus mataram seus próprios filhos por estarem contaminados pelo sangue tutsi materno (PILLING, 2016, p. 35).

Em uma sociedade dividida pelas rivalidades étnicas e pelo trauma do massacre ,a reconciliação nacional surge como a única opção para a construção de uma sociedade democrática duradoura. Promover a restauração e a reconstrução social é um processo mais político que jurídico, mas o reconhecimento do genocídio e a responsabilização dos envolvidos representam uma parte importante deste processo. Analisar o caso de Ruanda ajuda a compreender um importante passo da história da transição de governos opressores e criminosos para uma convivência pacífica e democrática. Nas palavras de Gerald Gahima, ex-procurador geral da Republica de Ruanda, “there can be no reconciliation unless and until such a society comes to terms with the past. Justice is a prerequisite for reconciliation”.

A compreensão de que a justiça é um fator importante para a reconstrução nacional é a marca do processo Ruandês, mas os modelos aplicados têm apresentado falhas que precisam ser discutidas. Em uma crise marcada por uma ideologia de massa que atingiu todas as camadas da população, prender dezenas de pessoas e submetê-las a condições sub-humanas de detenção não tem se mostrado eficaz, se o que se busca é a reconciliação e a reconstrução da dignidade e da identidade das vítimas. O estabelecimento de uma instituição jurisdicional internacional em outro país, alheia às condições culturais da sociedade e administrada por juízes estrangeiros, tem levantado questionamentos importantes a respeito.

Inicialmente, pode-se considerar por genocídio um ato intencional- e nunca espontâneo que promove assassinatos múltiplos, cujo objetivo é a destruição de um grupo específico vitimado. Os responsáveis por atos não respeitaram aspectos como a idade e o gênero de suas vítimas, visando apenas o aniquilamento das mesmas. Para se entender o genocídio de 1994 deve-se recorrer a história da região. (RUANDA, 2012, p. 89).

Assim como ocorreu em tudo o continente africano, a região onde atualmente encontra-se Ruanda apresentava uma ampla quantidade de etnias. Diante dessa diversidade étnicas, destacavam-se na região dois grandes grupos: Os Tutsis e Os Hutus. Por séculos, o território que corresponde atualmente a Ruanda foi governado por uma monarquia na qual os reis pertenciam à etnia Tutsi, perdurando no poder por várias gerações, apesar de os hutus serem minoria se comparados a população hutu. O rei Tutsi governava todas as etnias e o convívio entre as mesmas era de relativa harmonia.

O processo de industrialização na Europa, que teve início no século XVIII com a revolução industrial na Inglaterra, tornou necessária a busca de novas fontes de matérias – primas para abastecer o mercado europeus. Dessa forma, durante o século XIX, as potências industriais europeias se lançaram em uma corrida imperialista estabelecendo colônias nos continentes asiático e africano, processo que ficou conhecido como neocolonialismo. Em 1899, em função deste imperialismo europeu. Ruanda se tornou colônia da Alemanha. Após a Primeira Guerra Mundial, com a derrota dessa última, o mandatário da região passou a ser a Bélgica por decisão da Liga das Nações. Ruanda, então, teve seu território anexado a Burundi. Em 1962, houve a separação de Ruanda e de Burundi e ambos se tornaram Estados independentes.

No período em que Ruanda esteve sob o controle Belga, a etnia Tutsi, apesar de ser minoria, foi escolhido para governar. Os Hutus sentiram-se discriminados por representar a maioria da população do País e por, de certa forma, serem excluídos dos processos político e socioeconômico, passando então a liderar uma série de revoltas que culminaram na ascensão

da etnia Hutu ao poder em 1959. A partir de então, Os Tutsis e Hutus moderados passaram a ser perseguidos e massacrados. Centenas deles morreram e cerca de dois milhões foram mandados para o Exílio. (RUANDA, 2012, pp. 48 - 77).

Apesar da constituição ruandesa elaborada em 1962, com maior participação belga que ruandesa prever um sistema multipartidário que garantisse direitos políticos e humanos a todos (RUANDA, 1962, pp. 38 - 46). O que se viu, na prática, foi substancialmente diferente desse ideal de igualdade e de harmonia. Os conflitos que, anteriormente ao processo de neocolonialismo eram ocasionais, acentuaram-se e acabaram resultando em uma rivalidade étnica vigorosa. A contenda entre as duas principais etnias de Ruanda se tornou tão intensa que as duas primeiras repúblicas instituídas no país institucionalizaram a discriminação contra os Tutsis e os submetem a massacres periódicos.

Em 1979, a Aliança Ruandesa para a Unidade Nacional foi formada por refugiados Ruandeses que estavam no exílio. Sua mobilização tinha como alvo as políticas segregacionistas e discriminatórias, a ideologia genocida, a impotência do Estado, os massacres e a falta de uma política pacificadora efetiva na Ruanda da época, governada pela etnia Hutus. Em 1987, a Aliança Ruandesa para a Unidade Nacional se transformou na Frente Patriótica Ruandesa, iniciando em 1990 uma luta armada que visava a libertação do país do controle dos Hutus.

Teve início, então, um conflito armado que cresceu e ganhou grandes proporções rapidamente na região dos grandes lagos. Reforçando o genocídio que, no caso de Ruanda, materializou-se em uma violência generalizada, conduzido tanto por Hutus quanto por Tutsis, atingindo toda a população Ruandesa e responsável por matar de um milhão de pessoas, cuja maioria pertencia à etnia Tutsis, mas que também perseguiu Hutus contrários ao massacre. (COSTA, 2012, p. 76).

CAPÍTULO II - O CONFLITO ÉTNICO-TRIBAL: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

As migrações forçadas dentro e através das fronteiras nacionais são uma das consequências mais visíveis da perseguição política e dos conflitos armados. Mas tal como tem demonstrado a recente crise do Ruanda, os problemas de refugiados que muitas vezes ficam por resolver também poderão ser a causa de instabilidade, violência e deslocamentos da população posteriores.

O repatriamento de refugiados tem sido um assunto dominante da política do Ruanda durante os últimos 30 anos. No momento em que o país alcançou a sua independência, em 1962, já se tinham refugiado nos países vizinhos 120.000 pessoas, sobretudo de etnia Tutsi, que fugiam à violência que acompanhou a progressiva tomada do poder pela maioria Hutu. Durante as duas décadas seguintes, os exilados realizaram repetidos esforços para regressarem ao Ruanda pela força das armas. Cada uma destas tentativas provocou uma violência renovada, represálias e fluxos de refugiados. No final dos anos 80, cerca de 480.000 ruandeses - aproximadamente 7% da população total e metade da população Tutsi - tinham-se refugiado, sobretudo no Burundi (280.000 pessoas), Uganda (80.000 pessoas), Zaire (80.000 pessoas) e Tanzânia (30.000 pessoas).

Esta situação registou um volte face decisivo em Outubro de 1990, quando a Frente Patriótica do Ruanda (FPR), um movimento que integrava sobretudo exilados Tutsi, atacou o Nordeste do Ruanda a partir do Uganda, onde há quatro anos tinham ajudado o Exército de Resistência Nacional de Yuweri Museveni a chegar ao poder. Depois de assumir o poder no Uganda, o Presidente Museveni lembrou ao seu homólogo no Ruanda a necessidade de se encontrar uma solução para o problema dos refugiados. Mas o governo Hutu respondeu que o repatriamento estava fora de questão devido à escassez de solos do país.

Após a eclosão da guerra em 1990, as perspectivas de um acordo sobre o problema dos refugiados pareceram melhorar. Em resultado das pressões internas e externas, o governo do Ruanda foi obrigado a pôr fim à regra de partido único. Foi criado um governo de transição que, em 1993, reconheceu o direito dos refugiados regressarem e assinou um acordo de paz com a FPR. Mas o acordo foi rejeitado por elementos radicais, quer do Governo, quer do movimento rebelde e o Ruanda viu-se envolvido numa guerra civil cada vez mais grave, levando à deslocação interna de cerca de um milhão de pessoas.

O país mergulhou ainda mais na crise no dia 6 de Abril de 1994, quando o Presidente Juvenal Habyarimana do Ruanda e o Presidente Cyprien Ntaryamira do Burundi morreram num

desastre de avião. Ironicamente os dois líderes regressavam de uma Conferência de Paz na capital da Tanzânia, Dar-es-Salaam, que tinha sido convocada para discutir a implementação de um plano de partilha do poder entre os dois países.

2.1 O direito de agressor

Embora as causas do acidente sejam ainda desconhecidas, é claro que tinham sido elaborados, no Ruanda, planos detalhados com vista ao massacre da população Tutsi e de Hutus moderados. Morreram pelo menos 500.000 pessoas em ataques de uma brutalidade indescritível, levados a cabo por homens e mulheres comuns, bem como pelas milícias Hutu. Alguns analistas afirmam que este número é bastante mais elevado.

Estas mortes foram acompanhadas e seguidas de movimentos maciços da população. Só nos dias 28 e 29 de Abril, quando a FPR lançou uma nova ofensiva contra as forças governamentais, cerca de 250.000 ruandeses inundaram a Tanzânia. E mesmo este movimento parece pequeno quando comparado com aquele que teve lugar em meados de Julho de 1994, quando no espaço de apenas alguns dias, aproximadamente 800.000 pessoas (na sua maioria Hutus) fugiram para o Zaire, por recearem as represálias das forças do FPR que avançavam no terreno.

Mas este não era apenas um movimento de refugiados. Insistentemente encorajados pelo governo em retirada, o êxodo do Ruanda representou, de facto, a evacuação calculada da população Hutu. Com o massacre de uma grande percentagem de Tutsis, a vitoriosa FPR chegou ao poder num país cuja população tinha sido gravemente reduzida e com um grupo de exilados hostis, incluindo membros do exército e milícias derrotados, agrupados nas fronteiras do país. Reforçando a natureza estratégica do movimento, alguns membros do governo deposto conseguiram rapidamente assumir o controlo dos campos de refugiados e ter um papel preponderante na distribuição da assistência. (ONU, 2018, pp. 3 - 9).

2.2 A ameaça da violência

Enquanto se esforçavam por lidar com as consequências humanas do influxo para a Tanzânia e para o Zaire, o pessoal das agências de ajuda humanitária tinham também que enfrentar os militantes Hutus, que tinham planeado e executado os massacres e que utilizavam agora a ameaça e a violência para impedir quaisquer refugiados de regressarem ao Ruanda. No final de 1994, uma proposta com o objetivo de limitar a violência através do envio de uma força de manutenção da paz das Nações Unidas para os campos de refugiados no Zaire foi rejeitada

pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Contudo, em Fevereiro de 1995, o governo do Zaire concordou em enviar uma força de elite de 1500 homens para as áreas onde os refugiados se tinham instalado. Subsequentemente, o ACNUR estabeleceu um corpo de pessoal policial e militar dos países ocidentais para trabalhar em conjunto com as forças de segurança zairenses, numa medida sem precedentes na história da organização.

Apesar das melhorias gerais registradas na segurança dos campos e nas condições de vida, em meados de 1995 existiam poucas perspectivas imediatas de se encontrar uma solução para o problema dos refugiados. Numa conferência realizada em Fevereiro de 1995, os países da África Central e os principais países doadores concordaram na necessidade de se encorajar o repatriamento para o Ruanda através de um pacote de medidas geradoras de confiança, incluindo a restauração do Estado de Direito e a reabilitação da destroçada economia do país.

A implementação deste plano, contudo, tem sido obstruída por uma diversidade de fatores: a contínua pressão sobre os refugiados para que permaneçam no exterior, a lentidão com que o prometido empréstimo de 600 milhões de dólares americanos para a assistência à reabilitação tem sido disponibilizado, disputas sobre a posse da terra relacionadas com o muito esperado regresso de exilados Tutsi do Uganda, relatos persistentes de detenções arbitrárias no Ruanda, levando a que as prisões se encontrem seriamente sobrelotadas e ao encerramento forçado de campos para pessoas deslocadas internamente no Sudoeste do Ruanda. (REFUGIADOS, 1995, pp. 4 - 39).

Em abril de 1995, centenas de pessoas foram mortas quando tropas governamentais abriram fogo sobre um campo de pessoas deslocadas em Kibeho, um acontecimento que teve um sério impacto nas perspectivas de resolução do problema de refugiados. No final de 1994, o ACNUR tinha iniciado o fornecimento de transporte e outro tipo de assistência a um pequeno número de refugiados que desejavam regressar ao Ruanda. Em Fevereiro de 1995, todos os dias regressavam cerca de 800 pessoas. Mas após as mortes ocorridas em Kibeho, os números desceram para zero.

Os progressos na frente política também se têm mostrado muito lentos. Os novos líderes em Kigali têm afirmado que é possível a reconciliação com o antigo governo, na condição dos responsáveis pelo genocídio serem punidos pelos seus crimes. Membros do antigo governo afirmam que apenas regressarão ao seu país se puderem partilhar o poder. De acordo com diversas fontes, em meados de 1995, os soldados e as forças das milícias que se tinham retirado para o Zaire continuavam a receber treino militar e abastecimentos, bem como a conduzir operações de reduzida intensidade em regiões fronteiriças com o Ruanda. Com as imagens dos assassinatos em massa ainda frescas na memória da população do Ruanda é pouco provável que a paz chegue depressa ou de forma fácil.

2.3 As consequências da intolerância e do ódio

Em abril de 1994, Ruanda, localizada no continente africano, foi palco de um dos maiores massacres da história. Divergências envolvendo duas etnias locais aliadas a campanhas de ódio e interesses políticos acabam tirando a vida de centenas de milhares de pessoas.

O início dos conflitos se deu pouco tempo depois da morte do então presidente do país, Juvénal Habyarimana, vítima de um atentado. O avião em que estava Habyarimana foi abatido quando sobrevoava a capital Kigali. Em substituição ao presidente falecido, assumiu o poder um grupo político hutu (da mesma etnia do presidente morto). Esse grupo acabou acusando pessoas da etnia tutsi pela morte do presidente. Esse fato, somando as tensões étnicas que já existiam, acabou desencadeando um enorme derramamento de sangue.

Antes do início dos ataques, Tutsis e Hutus conviviam pacificamente. Frequentavam os mesmos locais, tinham tradições similares e falavam a mesma língua. Porém, nem mesmo essas semelhanças foram capazes de evitar que pessoas próximas umas das outras comesçassem a se agredir. O ódio plantado naquele local foi tão forte que fez com que vizinhos matassem vizinhos, professores matassem alunos e pais degolassem filhos a golpes de facão.

Para escapar da morte, milhares de pessoas buscaram refúgio fora do país. Outras tantas, sem ter para onde ir, acabaram se escondendo debaixo dos cadáveres para escapar do massacre. Muitas mulheres foram estupradas e condenadas à morte indiretamente, pois contraíram o vírus do HIV.

Em aproximadamente cem dias de conflito, o genocídio de Ruanda contabilizou aproximadamente um milhão de pessoas mortas, a maioria da etnia tutsi (entre homens, mulheres e crianças). Cerca de onze por cento da população de Ruanda foi dizimada em aproximadamente cem dias. Hoje, pouco mais de duas décadas do fim do episódio trágico, a população de Ruanda ainda luta diariamente tentando superar os traumas e outras consequências negativas deixadas como legado.

Ao longo do tempo, a história da humanidade registrou situações semelhantes a ocorrida em Ruanda em diversas partes do mundo, inclusive em nosso país. A disseminação do ódio, aliado ao preconceito e a intolerância, fez com que determinados grupos de pessoas fossem aniquilados simplesmente por serem diferentes quanto a crença, religião, etnia, opção sexual, etc.

Traçando um paralelo com os dias atuais, percebe-se que, devido à facilidade na comunicação através das redes sociais, muitos usuários acabam abusando do direito de

liberdade de expressão, expondo opiniões preconceituosas (antes veladas) e assim incentivando outras pessoas a praticar atos hostis contra determinado grupo de pessoas.

Independente de orientação sexual, raça, partido político, religião ou qualquer outro aspecto, nada justifica o desrespeito e a intolerância. Todos nós somos diferentes, cada um com suas particularidades. Discursos que incitam a violência ou promovem a discriminação devem ser amplamente combatidos para que seus efeitos negativos não sejam propagados. (OLIVEIRA, 2015. p. 55).

2.4 O genocídio na gênese do estado nacional

Talvez em nenhum país o genocídio tenha adquirido em caráter tão simbólico e essencial na fundação do Estado Nacional como em Ruanda. O genocídio em Ruanda foi uma consequência das clivagens coloniais, uma afirmação que criaria um estado segregacionista e um regime racista, justamente, e de forma insólita, num dos países de população mais homogênea do continente africano, profundamente marcado pela miscigenação étnica, cultural e ancestral.

A Revolução de 1959, na verdade um grande e massivo genocídio da maioria Tutsi (e dos Hutus moderados assim como em 1994, privilegiada durante o período colonial representou o prelúdio do maior genocídio nos anos noventa, na tendência do imediato pós-Guerra Fria. Esta dinâmica explosiva foi produto da continuidade e do fortalecimento das tendências genocidas, numa sociedade polarizada e segmentada e em uma grande clivagem étnica, institucionalizada e legitimada desde os tempos coloniais. O colonialismo belga, ao apoderar – se dos territórios de Ruanda –Burundi depois da derrota Alemão na primeira Guerra Mundial, continuou com a política dos colonizadores alemães, investindo no domínio indireto através da criação e fortalecimento de uma aristocracia real Tutsi.

As reformas introduzidas pelo colonialismo belga durante os anos de 1926 a 1931 criaram a Ruanda moderna. O poder foi centralizado (os principados hutus da periferia foram submetidos) criado uma sociedade eficiente, católica e segregacionista. A carga tributária foi expandida entre 1920 e 1940 combinado com um forte elemento de trabalho forçado o sistema chamado KUBANDWA, onde a maioria dos homens era constantemente mobilizada para construir estruturas permanente, trabalhar em culturas compulsórias para exportação como o café ou na construção de estradas. Aqueles que não cumpriam eram punidos por meio de agressões físicas. Em 1948 uma delegação do conselho de tutela da ONU visitou Ruanda e se encontrou com o fato de que de 250 camponeses entrevistados 247 haviam sido agredidos

fisicamente como punição por não cumprimento de metas ou obrigações relacionadas ao trabalho forçado.

A discriminação era outro Pillar do sistema colonial belga em Ruanda. No intuito de fortalecer o domínio indireto utilizou –se das ideologias do racismo científico para forjar a (ideologia ruandês) segundo a qual os Tutsis tinham uma espécie de descendência nobre, bíblica ou (nilótica) sendo herdeiros de uma civilização superior. Os brancos se projetaram numa caricatura de superioridade local para indiretamente exercer o domínio colonial. Os privilégios dos Tutsis iram desde a o acesso prioritário a educação, monopolizada pela igreja católica, até os cargos públicos ,onde eles eram os administradores de Ruanda para os belgas, como elite autóctone, aristocrática e cientificamente redefinida como possuidora de uma nobreza intrínseca e desígnio de governar .Os mitos das origens egípcias se cristalizaram no imaginário social construída um arcabouço teórico para uma desigualdade socialmente construindo .Os Tutsis eram retratados como bonitos, altos, esguios e inteligentes, enquanto os hutus eram de herança Bantu, retratados como baixos ,feios e primitivos.

A monarquia Ruandesa se prestava a mitos, solidificando sua aristocracia burocrática que refletia muito mais a modernidade burocrática mercantil e colonial que qualquer mito ancestral. A reconstrução de Ruanda, em duas castas transformadas em etnia essencialmente dicotômicas, intrínsecas e inevitáveis foi social, ideológica e autoritária. A identidade violenta no Ruanda de grupo em Ruanda, assim como os racismos e nacionalismos se constroem a partir de ideologia, essencialismos e desigualdades social que lhe dão uma base material que o sustenta. Neste sentido a aristocrática Tutsi acumulou privilégios e eles foram se justificando por meio da discriminação, reforçando como uma profecia auto realizadas. Segundo Prunier, 2012, p. 23:

Por meio de ações, tanto intelectuais como materiais, dos brancos estrangeiros, os mitos foram sendo sintetizados numa nova realidade, e a nova realidade se tornou operacional, com seus heróis, seus cobradores da terra e seus palhaços.

Depois da II Guerra Mundial as relações sociais começam lentamente mudar, mas se aceleram no final dos anos 50. Depois de quarenta anos de domínio belga, o regime de trabalho forçado, a exclusão dos hutus provocava o enfraquecimento e lenta destruição do regime de castas clientelista e feudal, que se baseava amplamente num regime não monetário. A pressão exercida por atividades econômicas independentes e a introdução da economia monetária provoca a emergência de uma incipiente classe média Hutu. (PEREIRA, 2012, p. 54).

A igreja Católica belga que era dos sustentáculos do poder também sofre transformações .Nos anos cinquenta quase a metade dos clérigos já eram locais, quase exclusivamente Tutsi,

sendo o restante belga no começo da colonização os clérigos belgas todos amplamente pro colonialistas passam nos anos cinquenta a ser de majoritariamente flamengos, ou seja ,eles mesmos se sentido historicamente preteridos no Reino da Bélgica, dominado pela monarquia Wallon (franco fone). Estes clérigos se identificavam mais com os mais comuns e trabalhadores hutus e menos com os aristocráticos Tutsis. Em meados dos anos cinquenta surge a revista católica Kinyamateka, dirigido por um hutu évolué, Gregori Kayibanda, ex-seminarista, incipiente intelectual e representante da nascente contra –elite hutu. O periódico dirigido por Kanyibanda se tornou o veículo impresso mais lido de Ruanda alcançado uma tiragem de 25 mil exemplares. Ainda que grande parte da população fosse analfabeto, ao perceber o apoio de uma instituição fundamental do homem branco houve uma efervescência e um renascimento hutu, que começaram a organizar –se em cooperativos, sociedades culturais, e organizações de clãs.

Como consequências, o fenômeno geral que percorreu e marcou o processo de ruptura anticolonial conhecido como (renascimento africano), ou seja, a ruptura com o complexo de submissão e inferioridade dos povos africanos perante os brancos voltou-se essencialmente contra a (ideologia Ruandesa), e menos, ou tangencialmente, contra os colonizadores belgas. Ruanda, por meio da maioria Hutu, rompeu violentamente com o complexo de inferioridade experimentado com relação aos Tutsis dominantes e sua estrutura social colonial indireta de humilhação, trabalho forçado e desigualdade

Em março 1957 um grupo de novo intelectuais Hutus, publicou um texto confuso, mas fundamente, tentando influenciar a missão do conselho de Tutela que visitava Ruanda .O texto se chamava (Notas sobre os aspectos sociais do problema racial nativo em Ruanda),mas ficou conhecido como o (manifesto Bahutu). O documento se referia à humilhação e inferioridade socioeconômica da comunidade hutu, e transformava a desigualdade racial e exclusão política em um problema racial. Estavam lançadas as bases para a grande tragédia fundacional de Ruanda (SARAIVA,1987, p. 97).

The problem is basically that of the political monopoly of one race, the Mututsi. In present circumstances, this political monopoly is turned into an economic and social monopoly(...). And given the fact of selection in school, the political, economic, and social monopolies turn into a cultural monopoly which condemns the desperate Bahutu to be forever subaltern workers, even after the independence that they will have contributed to gain. (PEREIRA, 2012, p. 56).

Toda a estrutura colonial de Ruanda foi transformada num problema racial, assumido pelas classes, raças inferiores como verdadeiro, incorporando o imaginário do opressor colonial no cerne de análise de sua própria submissão. Particularmente grave foi a proposta de manutenção das cédulas de identidade racial, identificando as pessoas pelas três etnias com o

intuído ambíguo de, por meio das estatísticas raciais, monitorar a (democratização) racial. As reações aos avanços políticos dos hutus foi um aumento da hostilidade étnica. A efervescência hutu contraditoriamente desconstruía ideologicamente a supremacia Tutsi, mas reafirmava as identidades artificiais recriadas pelo sistema colonial. Na busca da verdade da condição histórico-social de Ruanda. Algumas mentiras repetidas muitas vezes haviam se tornado realidade. As disputas simbólicas entre hutus e tutsis pela legitimidade de pertencer a Ruanda se tornaram cada vez mais amarga e hostil, e foram transferidas perigosamente para as formações políticas. Em julho de 1957 Kayibanda cria o MSM, Movement Social Muhutu, e em novembro do mesmo ano. A dicotomia racial que foi plasmada no Manifesto Bahutu, foi transportada para os primeiros partidos políticos que se formaram. A racionalização da política e, portanto, do estado e do poder estava se gestando de forma inexorável.

Gregoire Kayibanda foi o primeiro a criar um partido racial, o MSM - Movement Social Muhutu em julho de 1957, exemplo que foi logo seguido pela Associação pour La Promotion Sociales de La Masse, APROSOMA, criado em novembro por Joseh Gitera, um homem de negócios Hutu. Este partido tentava reconceitualizar a clivagem reivindicando representar ser um partido de classe, mas atraiu apenas Hutus. Em agosto de 1959 prevendo os ventos de independência foi criado pela aristocracia Tutsi o UNAR, União Nacional Ruandesa, conservador, monarquista e antibelga tendo como plataforma principal a imediata independência, ressentindo-se da mudança de preferência belga. Como corolário do realismo utilitarista da Guerra Fria, a UNAR recebeu apoio dos países comunistas no conselho de tutela das Nações Unidas, cujo resultado foi aprofundar o antagonismo crescente entre a elites Tutsi e as autoridades coloniais belgas.

As autoridades belgas para contrabalançar a ofensiva independentista do UNAR soltaram o chefe Bwanakweli que veio a criar em setembro de 1959 o Rassemblement Democratique Ruanda (RADER), que se constituiu como liberal moderado e majoritariamente Tutsi. O patrocínio belga deslegitimou o nascente liberalismo moderado tutsi e ambos as etnias se constituíram em campos políticos praticamente enfrentados entre monarquismo protocolar reacionário e o revolucionarismo pseudoproletário hutu. Neste meio tempo Kayibanda transformou seu movimento em outubro de 1959 no Mouvement Democratique Ruandaise-Parti Du Mouvement et de L, Emancipation Hutu, ou MDR-PARMEHUTU.

No entanto, nenhum partido conseguiu ser genuinamente unitário e representativo de Ruanda e limitou-se a construir um projeto de nação utópico limitado aos seus grupos étnicos constituintes, mesmo diante da realidade da presença de centenas de milhares de pessoas em seu território que representavam (o outro) inevitável. No final de novembro de 1959 a situação

era tão tensa que qualquer incidente teria desatado um enfrentamento intergrupar. A tensão em Ruanda precipitou os acontecimentos que começaram em novembro de 1959, foram referidos historicamente em Ruanda como (Muyaga), os ventos destruidores. Os acontecimentos que detonaram a violência que levou Ruanda aos caos de seu genocídio fundacional começaram com ataque menor. No dia 01 de novembro um líder local hutu, ativista do PAREMEHUTU, Dominique Mbonyumutwa, foi atacado por jovens militantes do UNAR, e gravemente espancado. Os rumores de sua morte provocaram violentas reações de parte dos ativistas hutus e diferentes afiliações para atacar militantes do UNAR e Tutsis comuns (pangas) Frações e ancinhos.

Alguns dias depois o Mwami e o UNAR começaram a retaliar atacando especialmente os radicais militantes do APROSOMA numa confusão violenta onde os belgas se comportaram com parcialidade a favor dos Hutus e assistiram a casas de Tutsis sendo incendiadas sem intervir. Ainda que as cifras não sejam incontestes, calcula-se que ao de 20 mil pessoas foram assassinadas, e uma imensa massa de refugiados começava a se formar nos países vizinhos. Em janeiro de 1960 sete mil Tutsis foram reagrupados em campos na região de Bugesera, e quinze mil estavam deslocados entre Byumba, Gisenyi e Astrida (Butare). Seguente a este processo de violência comunal as autoridades belgas começaram a substituir os Tutsis por Hutus nas estruturas de poder local, o que provocou mais violência, uma vez que estes imediatamente organizaram a perseguição dos Tutsis nas colinas que eles controlavam. Em junho de 1960 as autoridades belgas organizaram eleições comunais, que foram amplamente vencidas pelos partidos hutus, eleitos pela maioria identificada etnicamente. O Colonel Logiest comandante das forças belgas tinha uma visão muito clara do regime monárquico e claramente favorecia os hutus, sem saber que rumo a continuidade da clivagem étnica tomaria.

A mudança na estrutura de poder começava a enterrar a ordem monárquica sustentada no colonialismo belga e na ideologia da superioridade Tutsi. As poucas tentativas de criar um só estado por meio da divisão de poderes étnicos foram logo descartadas pela escalada de violência, e a colônia de Ruanda-Burundi iria se transformar em dois países, praticamente gêmeos na homogeneidade de SUS profunda divisão. Em setembro de 1960 um referendun aboliu a monarquia com ampla vitória a opção republicana. A revolução, assistida pelas autoridades belgas deliberadamente inertes, estava se institucionalizando, mas ainda não estava terminada. Em outubro, uma simples briga entre um policial e um andarilho tusti na comuna de Kibingo, levou a uma nova onda de violência onde treze Tutsis foram massacrados e uma onda nova de emigração se desencadeou. As novas autoridades locais estavam rapidamente

implantando os mesmos métodos feudais da aristocracia tutsi decadente, formando clientelas e disciplinando as comunas pela violência.

A comunidade internacional se manteve amplamente ausente nesta primeira onda de extermínio fundacional pelo qual passou Ruanda. O Conselho de Tutela foi o Único órgão que interveio de forma distante e débil. Os países comunistas, desconhecendo totalmente a estrutura de Ruanda, preferiam a UNAR, (que representava, o monarquismo feudal) que lhes parecia mais enfrentada a Bélgica, aliada do capitalismo Ocidental. No entanto, as resoluções 1959 e 1960 apontaram para algo que esteve quase que totalmente ausente do debate na descolonização de Ruanda e talvez fosse um elemento fundamental; a reconciliação nacional. Uma conferência de reconciliação nacional foi organizada pela Bélgica em Ostende sob pressão da ONU, que sem vontade política de ninguém, fracassou estrepitosamente.

No entanto, em janeiro de 1961, Kayibanda de comum acordo com Logiest, afastando as pressões internacionais reuniram os 3125 autoridades locais, os burgmestres, em Gitarama, a terra natal de Kayibanda e proclamaram a (Republica soberana e democrática de Ruanda). A violência não se deteve nesta independência de fato. Em setembro e outubro de 1961 em Astrida –Butare, 150 Tutsis foram mortos, três mil casas foram queimadas e 22mil pessoas foram deslocadas. As primeiras eleições ocorridas em setembro de 1961, foram amplamente vencidas pelo PARMEHUTU, um partido racial com uma proposta de construção de uma sociedade dividida racialmente, subvertendo o conceito de democracia pelo da maioria racial. O conceito liberal clássico do povos, hutu e tusti e onde a democracia significava o domínio da etnia majoritária. (PEREIRA, 2012, p. 174).

O Conselho de Tutela previu a tragédia num informe de março de 1961:

The developments of these last eighteen months have brought about the racial dictatorship of one party(...)Na oppressive system has been replaced by another one (...)It is quite possible that some Day we Will witness violent reactions on the part of the Tutsi.

Na verdade, as incursões de guerrilheiros Tutsis que atacavam Ruanda desde seu exílio nos países vizinhos já havia começado desde o final de 1960, e que ficaram conhecidos como Inyenzi (baratas) porque atacavam á noite. Formalmente Ruanda se tornou independente em 1 de julho de 1962, sob um governo republicano com Gregoire Kayibanda como seu primeiro líder. Por volta do final de 1963, aproximadamente 130 mil Tutsis ruandeses tinham sido expulsos para Burundi, Congo, Uganda e Tanzânia.

O exílio Ruandês majoritariamente Tutsi nos países vizinhos se articulava para uma reação. No Congo, especialmente em Kivu, foram eliminados por Mobutu, por conta de uma

aliança com rebeldes locais, e no Burundi onde eram 50 mil ,gozavam da simpatia de líderes locais, na Tanzânia e em Tanganica, assim como em Uganda eram rigorosamente controlados para evitar atividades militares portanto foi do Burundi que um desastrado ataque ,porém surpreendente tornou Bugesera e chegou perto de Kigali, mas foi rapidamente derrotado pelas forças do governo, que aproveitou a oportunidade para lançar uma grande onda de repressão onde se calcula que 10 mil Tutsis foram assassinados entre dezembro de 1963 e janeiro de 1964.Praticamente todos os políticos Tutsis remanescentes em Ruanda foram executados extrajudicialmente, incluídos os líderes conhecidos e de alto perfil, incluído Prosper Bwanakweri, ex-burgomestre e fundador do RADER (Rassemblement Democratique Ruandais).

Este ato final do genocídio fundacional de Ruanda muito se pareceu a regressão argentina, pelos seus objetivos, houve clivagem étnica mais foi uma consolidação do poder política, uma centralização do poder do Estado por meio do extermínio da oposição. O presidente Kayibanda consolidou, personalizou e centralizou o poder, tornando-se o novo Mwami (imperador) dos Hutus. Ruanda se transformou num país de camponeses trabalhadores, moralista, ordeiro e profundamente racista. Uma vez afastado o colonialismo belga e sem o apelo da dicotomia Leste-Oeste, a comunidade internacional perdeu a lógica de agir em Ruanda, e não houve grandes protestos, a não ser do representante da cooperação suíça que perdeu uma comissão para investigar. O resultado foi um informe chamado: *Le terrorisme Inyenzi au Ruanda*, que colocou uma pá de cal sobre o primeiro genocídio de Ruanda, que o mundo praticamente não viu.

Assim se lançaram as bases para a grande tragédia que ocorreu 30 anos depois: poder autocrático, racismo institucional, consenso de massas, e violência como forma de consolidação do poder política do estado. (PEREIRA, 2012, p. 58).

CAPITULO 3 - A PACIFICAÇÃO PÓS GENECIDIO

Apesar dos sinais que apontavam, no período pós-genocídio, para um crescente autoritarismo político, cujo símbolo era a FPR e o seu grande mentor, o general Paul Kagame, o novo governo tinha dois excelentes trunfos: o primeiro, sob a forma de álibi, era o facto de, formalmente, terem-se cumprido os Acordos de Arusha; o segundo era o facto de a FPR ter sido a única força de salvação do Ruanda em 1994, agora com a dura missão de (re)construir um país devastado. Mas o novo Ruanda apresentava perturbadoras semelhanças com o «velho Ruanda»: um regime autoritário e militarizado que neutraliza os seus adversários, num cenário de crescente degradação dos direitos políticos e liberdades civis dos cidadãos.

Para alcançar o objetivo da reconciliação nacional, o novo governo iria criar e aprovar uma série de leis destinadas a acabar com o divisionismo e combater a «ideologia do genocídio», que seriam muitas vezes utilizadas para afastar e neutralizar qualquer oposição indesejada, considerada divisionista. Em nome da União Nacional, eram restringidas as liberdades políticas e civis dos ruandeses. Em 2011, segundo a Freedom House, o Ruanda é ainda um país não livre, uma classificação reforçada pelos meses que antecederam as eleições de agosto de 2010, durante os quais ocorreu uma série de episódios de violência, intimidação, detenções e restrições à liberdade de imprensa.

Nesse período, três candidatos de partidos da oposição foram impedidos de se registar para as eleições; dois jornais independentes foram retirados de circulação e cerca de trinta jornais e estações de rádio foram suspensos pelo Alto-Conselho para a Comunicação Social; o Governo colocou uma série de obstáculos formais à presença de elementos de organizações não governamentais; alguns críticos do regime foram assassinados; foi emitido um mandato de captura contra Paul Russessabagina – o herói de Hotel Ruanda, acusado de prestar apoio à Frente Democrática de Libertação do Ruanda (FDLR), ligada a elementos do Hutu Power no exílio. Na corrida presidencial havia quatro candidatos: o Presidente Paul Kagame; Jean Damascène Ntawukuriryayo do Partido Social-Democrata; Prosper Higiroti, do Partido Liberal; e Alivera Mukabaramba, do Partido do Progresso e da Concórdia. Paul Kagame vence as eleições com 93 por cento dos votos. Na realidade, nenhum dos adversários constituiu uma ameaça real, uma vez que representavam forças partidárias que apoiam a FPR, funcionando como partidos-satélite.

No entanto, o episódio que melhor reflete a natureza e condicionantes da política e do poder no Ruanda pós-genocídio é o da prisão de Victoire Ingabire, líder das Forças Democráticas Unificadas (FDU), um partido composto maioritariamente por hutus exilados que

não tem reconhecimento oficial no Ruanda e opera a partir dos Países Baixos, conduzindo uma política de «resistência activa contra a ditadura militar e sectária instalada no Ruanda, com o objetivo de criar um Estado de direito [...] de acordo com os standards democráticos internacionais». Depois de dezesseis anos no exílio, Ingabire, considerada pelos seus apoiantes como a versão feminina de Nelson Mandela, regressa ao Ruanda em janeiro de 2010 e apresenta-se como candidata às eleições presidenciais. A 21 de Abril é detida, acusada de ideologia genocida, divisionismo e colaboração com grupos terroristas, no caso, as Forças Democráticas de Libertação do Ruanda, movimento militar – e político – associado ao Hutu Power e instalado na República Democrática do Congo. A sua detenção representa o fantasma que hoje assombra os detentores do poder no Ruanda: a hipótese de uma nova inversão de papéis entre tutsis e hutus. Isto porque a lógica continua a ser a de «nós ou eles», alimentada pela ideia de que a subida ao poder de um partido de inspiração hutu ou até não tutsi, poderia significar, na melhor das hipóteses, a necessidade de abandonar o poder e, na pior, o regresso à barbárie de 1994. Assim, por causa da suspeição, em nome da prevenção e da unidade de todos os ruandeses, não parece haver espaço, no Ruanda pós-genocídio, para uma pluralidade de partidos e propostas políticas.

Segundo Mahmoud Mamdani, existem três ideias-chave ou convicções dominantes sobre o poder no Ruanda pós-genocídio: a primeira é um sentido de responsabilidade moral pela sobrevivência de todos os tutsis, a nível global e não apenas no país, o que se reflete numa noção de identidade e poder que assenta na tribo e na diáspora e não na territorialidade; a segunda é que o poder tutsi é a condição mínima para a sua sobrevivência, ou seja, os tutsis só estarão protegidos se controlarem o Estado onde habitam; por fim, a ideia de que a única paz possível entre hutus e tutsis é uma paz armada. Estes princípios têm resultado na tentativa, por parte da FPR, de instituir uma etnocracia tutsi, através de uma tutsificação das estruturas do poder», em que a autoridade dos elementos hutu é meramente nominal. Esta tentativa torna-se evidente quando olhamos para as hierarquias políticas e militares, dominadas maioritariamente por membros da FPR, retornados e tutsis.

Mas apesar dos aparentes esforços em acabar com o «divisionismo», o novo governo veio reforçar as divisões entre os dois grupos. Como podemos ver pela história ruandesa, o que determinou os episódios de conflito e violência não foram as diferenças reais entre hutus e tutsis, mas sim o significado político que estas foram assumindo. Ao optar por um regime autoritário, o novo governo, inevitavelmente associado ao «poder tutsi», vem perpetuar a distinção entre os dois grupos, uma vez que é a política, enquanto relação e distribuição do poder, e não a etnia, a cultura ou o aspecto físico o que determina a divisão entre hutus e tutsis.

A prisão de Ingabire mostra que, no Ruanda, a política – enquanto definição de «amigo» e inimigo – ainda se faz ao longo das linhas étnicas, agora apoiada não nas categorias de dominado/dominador mas sim de vítima/carrasco.

O Ruanda, democracia formal desde 1961, nunca conseguiu transitar para a democracia real. A política e o poder estiveram sempre reféns da simbologia das categorias étnicas e do (des)equilíbrio entre a maioria hutu e a minoria tutsi, que foi dramaticamente reforçado pelo genocídio. Mas o perigo agora é o de uma nova «cultura de impunidade», assente numa instrumentalização – pela FPR e sua identificação implícita com todos os tutsis – do estatuto de vítima e dos imperativos da reconciliação nacional e da estabilidade, que tudo justificam (O Genocídio na Ruanda e suas repercussões).

3.1 Paul Kagame e a Nova Ruanda

O general Paul Kagame tem outros trunfos, além do estatuto de vítima, que lhe garantem a simpatia e admiração de doadores e de alguns observadores internacionais e que resultam do seu empenho na reconstrução do país, seguindo os imperativos que ele próprio traçou: justiça, reconciliação nacional e crescimento económico.

Em Julho de 1994, quando a FPR chega ao poder, os cofres do Estado estavam vazios, os principais edifícios da administração destruídos, e faltava mesmo o material mais básico – como folhas de papel. O Ruanda era então, de acordo com o Banco Mundial, o segundo país mais pobre do mundo: o PIB, no espaço de um ano, diminuía em 50 por cento e a taxa de inflação rondava os 40 por cento. Dezesesseis anos depois, o Banco Mundial recolhe o «impressionante desenvolvimento do país desde 1994, e coloca-o entre os mais estáveis do continente. O Governo ruandês tem levado a cabo uma série de reformas de fundo, que têm contribuído para o crescimento da economia através dos estímulos ao sector privado e da captação de investimento estrangeiro, traduzindo-se numa real melhoria das condições de vida da população. É cada vez mais realista a ambição de Kagame de que o Ruanda venha a ser, em 2020, um país de rendimento médio. Esta combinação de autoritarismo político e desenvolvimento económico não é inédita, e faz-nos lembrar outros líderes e outros estados, como a Malásia de Mohammas Mahatir ou a Singapura de Lee Kwan Yew que serão, num certo sentido, um modelo a seguir para Kagame

Mas o autoritarismo de Kagame tem na história recente do país a sua melhor justificação. É verdade que o general e a seu entourage não estão dispostos a abandonar o poder, por razões que ultrapassam a concretização dos objetivos a que se propuseram e a necessidade

de assegurar a segurança e estabilidade dos ruandeses, em particular dos tutsis. Em causa, para alguns elementos da FPR – e para o próprio Presidente – está também a hipótese de serem alvo de mandatos de captura internacionais por homicídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. No entanto, é inegável que os fantasmas que assombram o Ruanda existem para além da imaginação de Paul Kagame. Muitos dos implicados no genocídio de 1994, agora refugiados nos países vizinhos, na Europa ou nos Estados Unidos, concentram esforços numa tentativa de regressar ao Ruanda e ao poder: se for esse o caso, nada garante que não se repita a tragédia de 1994. É importante recordar que nos anos que antecederam o genocídio, apesar de o Ruanda não ser um país livre, criou-se uma certa abertura política que resultou no aparecimento de uma série de partidos, associações e movimentos, muitos deles associados ao Hutu Power e que tiveram um papel determinante na organização, mobilização e execução do genocídio. Ou seja, também a pluralidade partidária, no Ruanda, está inevitavelmente associada às matanças. Mas a favor do autoritarismo, Kagame tem outro argumento a acrescentar: só ele é responsável pela segurança dos ruandeses uma vez que se a história se repetir ninguém garante que, tal como em 1994, a comunidade internacional nada faça, atuando mais uma vez como testemunha acanhada da tragédia.

Por isso, olhando para o «novo Ruanda», para os seus sucessos e os seus fantasmas, encontramos atenuantes para esta política de restrição dos direitos políticos e das liberdades civis. Isto porque a política ruandesa parece estar permanentemente entre a espada e a parede: entre um modelo autoritário e repressivo de direitos políticos e liberdades civis, e a hipótese do caos e do regresso da barbárie, que poderia custar a estabilidade do país, a segurança e até a vida de milhares de ruandeses. Mas esta constatação levanta uma questão tão importante quanto perigosa: poderão os ruandeses viver simultaneamente em liberdade e em segurança?

Não será possível responder a esta questão enquanto o general Kagame continuar no poder o que – à partida – deverá acontecer até 2017. A sucessão de Kagame será a grande prova de fogo para os ruandeses e só poderá significar uma transição para a democracia real, garantindo a paz e a estabilidade, se os ruandeses se tiverem – de facto – reconciliado e esvaziado, de conteúdo e de sentido, as categorias de tutsi e hutu. (BARNETT, 2010. p. 55).

Em 1957, um grupo de nove intelectuais hutu decidiu escrever um manifesto denunciando o monopólio político e económico dos tutsis. Nesse manifesto, os signatários expressam a sua oposição à retirada dos cartões de identidade à referência ao grupo étnico, alegando que tal supressão «preveniria a lei estatística de estabelecer a realidade dos factos. Passados mais de cinquenta anos e depois de um genocídio que resultou na morte de 800 mil tutsis e hutus moderados, a realidade mantém-se: no Ruanda, onde a minoria tutsi e a maioria

hutu são forçadas a conviver, «amigo» e «inimigo» ainda se definem a partir das categorias étnicas, num contexto em que uma minoria tutsi e uma maioria hutu coabitam num país pequeno com recursos limitados. Mas a diferença entre «tutsis» e «hutus», que começa por ser ocupacional, foi adquirindo significados políticos, de dominado e dominador e depois de vítima e carrasco.

Por isso as críticas apontadas ao novo governo não podem ignorar a necessária abordagem realista dos factos. Num país que nunca conheceu a democracia real, com um forte historial de violência e autoritarismo político, que ainda recupera de um genocídio cuja mobilização e crueldade atingiram níveis extraordinários, e onde vítimas e agressores são forçados a conviver diariamente num espaço limitado e partilhar recursos que são escassos, implementar um regime que seja verdadeiramente democrático é tarefa, no mínimo, complicada. O processo de transição não pode ser de ruptura, mas sim de lenta e gradual transformação, num longo caminho que está repleto de fantasmas e perigos reais. A renovação na forma como se faz e se entende a política ruandesa será condição fundamental para uma verdadeira reconciliação. Mas a reconciliação necessária não é apenas entre tutsis e hutus, entre vítimas e agressores, mas também – e talvez sobretudo – entre os ruandeses e a sua história. (KINZER, 2008, pp. 66 - 89).

CAPÍTULO 4 - OS CAMINHOS DA RECONSTRUÇÃO

O líder da RPF e presidente de Ruanda, Paul Kagame, foi saudado pelo rápido crescimento econômico do pequeno país. Ruanda tem um crescimento econômica de 8 % ao ano, tem uma taxa de pobreza de 44,9%. Depois do genocídio Ruanda teve um aumento boa governança de Paulo Kagame. Ele também tentou transformar Ruanda em um centro tecnológico e é muito ativo no Twitter. Mas seus críticos dizem que ele não tolera dissidência e que vários adversários foram encontrados inexplicavelmente mortos. Quase dois milhões de pessoas foram julgados em tribunais locais por seu papel no genocídio e os líderes do massacre, em um tribunal da ONU na vizinha Tanzânia. Agora é ilegal falar sobre etnia em Ruanda - o governo diz que isso evita mais derramamento de sangue, mas alguns dizem que impede uma verdadeira reconciliação e apenas coloca uma tampa sobre as tensões, que vão acabar fervendo de novo no futuro.

O genocídio no Ruanda não facilitou só a morte de 1 milhão da população ruandês, mas não facilitou a correção dos erros do passado, pois a divisão entre hutu e tutsi foi criada pelos colonizadores Belga para melhor dominar e explorar o país. A experiência do Ruanda mostra que antes da chegada dos colonizadores os Tutsis e Hutus viviam um lado de outro sem conflitos e com uma língua Kinyaruanda e mesmo cultura e havia mesmo DEUS. Depois do genocídio, hoje em dia Tutsis vivem muito melhor ao lado de Hutus sem conflitos e com o mesmo objetivo pra reconciliação e pra desenvolver o país que ficou 20 anos sem infraestruturas depois do acontecimento em Ruanda.

Ruanda é único país na região dos grandes Lagos que teve iniciativa de facilitar sua população nos serviços cartoriais como melhor para cidadão no registro do nascimento, pra carteira de habilitação com uma prova Profissional, registro nacional de Id, registro pra casamento... Todos computadorizados no sistema do internet no Ruanda. Ruanda tem muito progresso hoje na sociedade Africano. Muitos Países do continente Africano precisam adaptar o sistema do Governo do Paul Kagame.

O Genocídio não apenas matou entre 800 mil e 1 milhão de pessoas nas estatísticas do Governo como acabou com todo a já precária estrutura do país. Vinte anos depois, no entanto, Ruanda exhibe estatísticas surpreendentes: redução da pobreza de 59% em 2001 para 44,9% em 2011, um crescimento econômico de 8% ao ano. PIB per capital de dollar 1,5 mil (contra us dólar 575 em 1995), 95 % de taxa de matricula no ensino primeiro e taxa de alfabetização de 71% relatório Fazenda Negócio. (BANK MUNDIAL, 2013, pp. 55 - 89).

O país aparece em 52º de 185 países fáceis para fazer negócio e em 8º no ranking de melhores nações para se começar um negócio. Todos esses ótimos indicadores foram conquistados com pouca liberdade de expressão e repressão política do atual chefe do estado Paulo Kagame. Outra crítica é a falta de julgamento de crimes cometidos pela guerrilha Tutsi que levou ao genocídio. Organizações Internacionais também apontam o envolvimento da atual administração no conflito da vizinha República Democrática do Congo. Apenas de viver sob um governo quase autocrático, os ruandeses devem ver, em pouco tempo, seu país ficar independente da ajuda internacional responsável por 86% do orçamento do país em 2001, hoje o envio estrangeiro chega a 40%. O dinheiro das doações foi a base para a reconstrução do país. Um mundo envergonhado pela omissão e falta de atitude de boas gorjetas a nação devastada.

Assim que o genocídio acabou e que as cifras de mortos foram estampadas, as potências tentaram compensar seu silêncio com uma boa verba para reconstrução. Mas a verdade é que a inação da comunidade internacional fez com Ruanda ficasse marcada como um vergonhoso exemplo de indiferença e abandono das potências mundiais sob a repressão Ruanda se reconstrói 20 anos após o Genocídio A tarefa não foi muito fácil depois o Genocídio em 1994.As mulheres sobrou e pegaram a responsabilidade de reerguer o país. (SANCHEZ, 2014, p. 38).

A liderança das mulheres na reconstrução de Ruanda tem no século 21 como origem das manifestações do movimento feministas. Tal movimento social cujo objetivo é a ampliação dos direitos das mulheres, tem sido fortalecer principalmente na atualidade, pelas conquistas obtidas pelas mulheres nas sociedades modernas. Ainda apesar dos diferentes níveis dos graus de aceitação e incorporação de tais mudanças por diferentes sociedades, eles são significantes. Olhar as alterações no papel desempenhado pelas mulheres na vida política, econômica, social e cultural dos grupos nos quais vivem, além do estabelecimento de novas relações, funções e atividade exercidas pelas mesmas. Em Ruanda a situação não é diferente. A luta pelos direitos das mulheres contou com uma força não tão comum as demais sociedades ao Países vizinhos do Ruanda os homens Ruandês morrem muito durante o Genocídio de 1994. As mulheres ficaram maioria viúvas e muitas foram violentadas e vítimas do HIV. A dificuldade e o problema recaíram sobre esses grupos feministas, a responsabilidade de assumir a tarefa de reerguer o país. Após o extermínio, elas passaram a compor cerca de 70% da população e, desde então, passaram a liderança na reconstrução de Ruanda. Não foi fácil pelas mulheres como consideradas objetos aos instrumentos de atividades domésticas e ligadas ao campo. O preconceito imbuído no corpo social é forte e muito difícil para ser rompido. (COSTA, 2013, pp. 37 - 98).

Em um dia recente, a capital Kigali foi em polvorosa para o show do musica rap do pais vizinho Uganda. Dr Jose Chame Leone, que atraiu muito juventude e famílias. Chame Leone marcou a plateia, abriu uma bandeira de pais vizinho Uganda e contrariando o estereotipo de postar machista, gritou: Mulheres Unidas digam não a violência doméstica. Parece que a música do rap Per sabe como conquistar as mulheres modernas de Ruanda receberam, independência e melhorar vida para lutar por seus direitos. Essa felicidade pela igualdade de gêneros é influenciado por fatores ocorridos há quase 20 anos, quando um dos genocídios mais devastadores do século XX mata muitos homens e mulheres. O Genocídio, em que membro da etnia hutu massacraram tutsis e hutus moderados contrários a carnificina ao longo de 100 dias matam mais de 1 milhões de pessoas em Ruanda.

Após a matança e o exílio de muito homens, as mulheres passaram a maioria no pais. “O trabalho de reconstruir Ruanda recaiu sobre nós”, diz Faith Mukakaliza. Desde então, estamos gritando pelo poder para as mulheres nada de donas de casa trabalhar com dana de casa deixou de ser opção, diz Faith. É preciso comandar os negócios, cultivar os campos agrícolas e tomar decisões importante. Atualmente as mulheres tem 64% dos assentos do parlamento de Ruanda, de longe a maior taxa de parlamentares femininas do mundo constituição pos-genocídio, promovida pelo partido governista RPE, garante uma quota de 30% para congressistas femininas e também determina a igualdade de gêneros na educação, na posse de terra e na economia. As mulheres têm poder de revisar leis e colocar em pratica medidas de combate a discriminação. E inegável, diz Faith, as mulheres foram a fundação da nação relativamente estável que você vê hoje, mas não foi fácil alcançar essa estabilidade, e isso fica evidente em uma visita a um grupo de artesãs em uma fábrica local. “Imagine chegar ao trabalho e sentar-se ao lado da esposa do homem que matou o seu marido, ou da mulher cujo parceiro está vivendo exilado depois de assassinar o seu irmão”, conta uma delas.

Ainda assim, a determinação de voltar a normalização, de voltar a colocar comida na mesa e aprender novas habilidades deu a elas forças para se reunir. Apesar de suas famílias terem guerreado entre si, elas decidiram sentar ao lado umas das outras, cantando e discutindo a vida comunitária. A dona da fábrica diz ter orgulho cada vez que uma mulher ganha seu próprio dinheiro e abre uma conta bancaria pela primeira vez. Só que ainda há muito fazer. Nos últimos cinco anos, cerca de 1 milhões de Ruandês saíram da pobreza, mas o salário médio do pais é pouco mais de USdolar1 por dia. A expectativa de vida média é de menos de 50 anos, e, como lembrou o rap Per Chame Leone, a violência doméstica ainda afeta muitas das mulheres ruandês. De qualquer forma, para muitas mulheres, a percepção é de que elas podem ir longe. Maria Aime Umugeni, gerente de um centro de mulheres no distrito de Nyamirambo está

grávida de uma menina e muito feliz por isso. Questionada a respeito do que sonha sua filha, ela diz: “Que Ruanda continue avançar melhor, que o seu bebê tenha uma boa educação, quem sabe ela vira uma política, uma professora ou uma engenheira quando crescer, não é como quando eu era jovem”, prossegue Umugeni, “Nada vai ser capaz de impedi-la de fazer o que ela quiser”.

Hoje em Ruanda há oportunidade para consumo de energia elétrica por toda a população. Ruanda tem rank na posição mundial. Um pequeno país que se diferencia na Região dos Grandes Lagos para uso de energia elétrica e solar. Toda a população do Ruanda beneficia de energia elétrica de capital Kigali até as áreas mais do interior do país. Mesmo água potável é pra todo mundo no Ruanda, tem programas das ONGs privadas e do governo para canalização de água para chegar aos lugares mais isolados de Ruanda. O governo do Kagame tem programas de moradias, o governo construiu casas e apartamentos pra oferecer a população pobre e outros pra vender muito barato até o dia de finalização do programa do pagamento. O governo acorda créditos para que quiser pra micro e macro empresas.

O consumo de energia refere-se ao uso de energia primaria antes de transformações para outros combustíveis de uso final, equivale a soma da produção interna das importações e das alterações de estoque, subtraído das exportações e dos combustivos fornecidos a navios e aviões que efetuam transportes internacionais. O preço de litro de gasolina em Ruanda tem posição ao rank mundial, consumo de energia per capita no transporte rodoviária tem mesmo posição no rank mundial. Em fim o uso de fontes de energia limpa no país tem posição no rank mundial.

A Gigawatt Global é uma empresa com muitos resultados financeiros. Logicamente a empresa quer lucrar, mas também tem como foco seu impacto no meio ambiente e na comunidade. Caso em questão: sua usina de energia solar em escala de empresas de serviços de utilidade pública de grande porte em Ruanda.

A Gigawatt projetou a instalação solar de 8,5 megawatts como parte da iniciativa Power Africa, que visa dobrar o acesso à eletricidade na África Subsaariana. A primeira do gênero na África Oriental, a usina reduz a dependência de Ruanda de combustíveis fósseis e ajuda alguns dos cidadãos mais vulneráveis do país.

Melhor ainda, a Gigawatt mudou o projeto desde o planejamento à geração de energia em apenas um ano. Esse ritmo surpreendeu até o cofundador e diretor da Gigawatt Global, Chaim Motzen. “A velocidade com a qual este projeto foi concluído é um tributo à força das instituições do governo de Ruanda”, disse ele. (MUNANGA, 2009, p.58).

Quando a Gigawatt Global conectou a instalação de energia solar à rede nacional de Ruanda, em fevereiro de 2015, acrescentou energia limpa suficiente para abastecer 15 mil casas, e sem aumentar as emissões de carbono.

Para aquelas 15 mil famílias, a nova usina da Gigawatt significa novas oportunidades. Com acesso confiável à eletricidade, elas podem gastar menos tempo e dinheiro no consumo de combustíveis. Isso representa milhões de horas economizadas no trabalho escolar e em outras atividades relacionadas, e a empresa estima que mais de 40 mil estudantes vão ter maior sucesso na sala de aula.

4.1 Abandonando o diesel

Motzen, diz que a nova fábrica já “desempenhou o papel principal” na redução da dependência de Ruanda de óleo diesel, combustível caro e poluente. Isso significa que menos ruandeses vão estar em risco de contrair doenças respiratórias.

A Gigawatt Global optou por instalar seus 28 mil painéis solares em terras arrendadas da comunidade residencial rural Vila de Jovens Agahozo-Shalom, cujos 500 residentes órfãos incluem sobreviventes do genocídio de Ruanda. A Gigawatt ajudou a financiar a pequena vila e lançou um programa de capacitação em energia solar in situ para estudantes da região.

Ao adicionar energia limpa à rede, a Gigawatt Global iluminou o futuro dos ruandeses. A empresa é uma das finalistas do Prêmio de Excelência Corporativa 2015*, concedido pelo secretário de Estado dos EUA, na categoria Sustentabilidade Ambiental. Lançado em 1999, o prêmio reconhece as empresas americanas que são líderes em práticas empresariais responsáveis. Para enfrentar os desafios atuais e futuros de Ruanda, o presidente Paul Kagame tem tomado uma série de medidas. Por exemplo, Ruanda é o único país do mundo em que a participação das mulheres na política supera a dos pares masculinos. A fecundidade caiu de 6 filhos por mulher para 4,6 filhos entre 2005 e 2010. Kagame participou da Cúpula do Planejamento Familiar, em Londres, em 2012 e tem buscado ajuda externa para reduzir a pobreza e defender o meio ambiente, inclusive protegendo a população de Gorilas, que vivem no pouco que resta das montanhas verdes do país.

Enquanto a Holanda tem o desafio de promover o decrescimento demo-econômico, Ruanda vai ter que enfrentar a dupla tarefa de reduzir a pobreza e defender o meio ambiente, ao mesmo tempo, na perspectiva de elevação do índice de desenvolvimento humano (IDH) com respeito à biodiversidade. Ao contrário do que supunha Ester Boserup, a alta densidade demográfica de Ruanda, no atual contexto de uma economia globalizada, pode se tornar um

fator de freio ao desenvolvimento sustentável e um elemento de instabilidade social e política. Mas com sabedoria e coesão social Ruanda poderá trilhar, mesmo com dificuldades, o caminho do progresso social e ambiental. Para tanto, vai precisar da ajuda internacional e da solidariedade entre os povos.

Atualmente, aproximadamente 25% da população do país está conectada a eletricidade. A meta do governo é que esse número suba para 70% em 2020. Jean-Bosco Mugiraneza, o CEO da empresa de energia de Ruanda, disse que para atingir o objetivo do governo, é preciso que se invista em sistemas solares conectados e autônomos, ou seja, on grid e off grid. A meta será dividida entre 48% de instalações on grid e 22% off grid.

No momento, as hidrelétricas correspondem a 97,37 MW de capacidade instalada, termoelétricas a 51,7 MW, metano 3,6 MW, enquanto 8,75 MW vem da energia solar.

Enquanto isso, Mobisol oferece equipamentos no modelo alugue para possuir, provendo aos clientes arranjos entre 100 W e 200 W, que são pagos através de bit coins pelo período de 3 anos. Depois os equipamentos são de propriedade dos locatários.

Okello disse que um dos objetivos da companhia é melhorar a vida das crianças de áreas rurais, que normalmente não têm acesso a energia, para que possam ter acesso a rádio, TV e Internet.

“Isso vai possibilitar que eles melhorem suas oportunidades de aprendizado. Além de ajudar a conservar o meio ambiente, a energia renovável cria uma oportunidade para pessoas começarem a desenvolver atividades econômicas e, conseqüentemente, melhorarem suas vidas”, disse o CEO da Mobisol.

4.2 Transporte aéreo em Ruanda

O Ruanda tem conexões aérea com tudo o continente da África e com Europa. Ásia, e USA. Ruanda um pequeno País na Leste de África com melhor capacidade aérea. A Companhia Ruanda Airline oferece melhor conforto para passageiros, todo o staff de Ruanda Airline são unicamente os Ruandês junto com Pilote e os copilotos. Isso mostra que os ruandeses são capazes para muitas coisas no desenvolvimento do continente de África. Ruanda é um modelo dos Países dos Grandes Lagos na proteção do meio ambiente, na utilização da energia solar, na segurança da população, no combate da corrupção, no uso da internet moderno, na construção da moradia para população, na facilitação das ruas, enfim na limpeza da cidade. Em breve Ruanda será um país de futuro desenvolvimento da população. Saiu da pobreza para classe

média a maioria da população. O Ruanda é modelo do mundo pra 65% das mulheres no parlamento. O governo de Ruanda respeito a media, tem envolvimento na imprensa.

A frente de liberação Nacional e o Neoliberalismo. Mesmo com tais posicionamentos políticos, Kagame ainda possui boas relações com muitos Países Ocidentais, o que é sustentado principalmente pela sua agenda econômica, ainda mais pelo fluxo financeiro de doações de ONGs e de múltiplos governas que Ruanda passa a receber após genocídio, aumentando o interesse de muito nestes pequeno país. Podemos refletir sobre a relação de general Paulo Kagame com o Ocidente a partir da obra (Ruanda, INC) de Patrícia Crisafull e Andrea Redmond(2012), que escrevem um livro para refletir acerca da política econômica de Kagame

Todavia a obra, financiado pela VISA INC possuindo inclusive um prefacio diretor comercial da empresa. Mais parece um panfleto de propaganda do atual governo de Ruanda, buscando enaltecer a figura de Kagame e as conquista que realizou para seu país. Na obra, Kagame é visto como uma figura chave para o desenvolvimento de Ruanda, já que a sua maneira de administrar o país não proveria do modo Africano, conforme aponta a obra. Mais sim de uma maneira, mais África parecida com o posicionamento de um empresaria ou diretor de uma Campânia Desta forma a liderança e o modo do governar de Paulo Kagame são entendidos como se tivessem Kagame no Trecho acima de uma figura Política neo-liberal,crença no mercado e na ação da iniciativa.(KABUNDA, 2008, pp. 56).

4.3 Ruanda aposta em tecnologia para superar passado e transformar o país

Ruanda é mais conhecida pelo genocídio de 1994, em que integrantes da etnia hutu massacraram cerca de 1 milhão de pessoas, mas superar o genocídio e cicatrizar as feridas do país é uma das motivações do atual presidente, Paul Kagame, com o projeto 2020. Em entrevista à BBC, ele argumenta que o melhor acesso à informação poderia ter dado outras possibilidades políticas a Ruanda.

Diz, também, que a transformação do país em um polo tecnológico regional pode ajudar os ruandeses a "obter (melhores) empregos, alimentar suas famílias e reconquistar sua dignidade".

Ruanda cresceu mais de 7% no ano de 2016, e reformas governamentais têm estimulado investimentos estrangeiros. O Banco Mundial colocou o país como o terceiro melhor "para fazer negócios" na África Subsaariana.

Mas essas conquistas estão ameaçadas por recentes tensões diplomáticas com doadores, já que o país está sendo acusado de ajudar a treinar soldados mirins na vizinha República Democrática do Congo - acusações estas negadas pelo governo.

Em outubro, os EUA impuseram sanções contra Ruanda, algo que deve abalar a capacidade do governo em atrair apoio econômico externo para a iniciativa 2020.

4.3.1 Comunicações

Por enquanto, porém, os projetos continuam. Clare Akamanzi é a executiva-chefe do Conselho de Desenvolvimento de Ruanda, criado para transformar a Visão para 2020 em programas tangíveis. A meta, diz ela, é se tornar um país de renda média em 2020 e "evoluir de uma economia agrícola para uma baseada em conhecimento, sobretudo de alto valor agregado".

Em 2016 foi assinado um acordo com a empresa Korea Telecom para oferecer tecnologia 4G ao redor do país, com investimento estrangeiro de US\$ 140 milhões.

O Estado instalou 3 mil quilômetros de cabos de fibra ótica nos últimos quatro anos e quer que a tecnologia 4G ajude a melhorar a deficiente comunicação fora da capital Kigali.

"Também instalamos telecentros e pontos de serviço - infraestruturas comunitárias onde colocamos computadores", diz Akamanzi.

E ônibus acoplados com salas de aula passaram a circular pelo país ensinando informática à população rural. Ruanda ainda é, em grande parte, um país rural. Por isso, tentativas de modernizar a economia terão de levar em conta o ritmo da população. O governo diz estar ciente da brecha tecnológica em grande parte de Ruanda, mas Kagame alega que sua população começa a ser "recompensada pelo progresso".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ruanda é atualmente considerado um dos melhores exemplos de como uma sociedade pode ser reconstruída a partir da força de vontade de seguir adiante, pois após passar por um conflito de tamanho grandeza, o país conseguiu dentro das suas limitações superar o ocorreu em 1994. Essa experiência mostra como é importante a inclusão de toda a sociedade no processo de restauração da paz, e a implementação dos mecanismos disponíveis para desenvolver um país com oportunidades iguais para todos. O parlamento é um perfeito exemplo para o mundo de como a conquista de igualdade de gênero depende da fusão entre a luta da mulher pela igualdade de direitos e da vontade política de promover e implementar mecanismos para esses resultados possam ser efetivamente alcançados. Ruanda deixa a lição da importância do papel da mulher para o desenvolvimento da sociedade, e que as leis que garantem o respeito aos Direitos Humanos e de oportunidade iguais para todos precisam ser implementados para que haja uma real mudança no crescimento justo e sustentável dos Estados.

As consequências do genocídio de 1994 e os desafios que vieram após ele e a grande representação das mulheres em todos os setores da sociedade, encorajaram uma transformação social, cultural e política no país. As mulheres tiveram de mudar o seu papel na sociedade ruandesa para que pudessem prosseguir em busca de um futuro digno para elas e para as próximas gerações. Os avanços conquistados nas relações de gênero nas duas últimas foram evidentes. Ao longo dos últimos vinte anos, a mulher se tornou protagonista na restauração política, social e econômica do país, e avançaram tanto em níveis regionais como nacional. A partir de 2003, com as cotas de gênero, elas tiveram a oportunidade de participar ativamente nos setores políticos do país e nas tomadas de decisões em todos níveis de governo. Tem se tornado nos últimos anos o país com a maior proporção de mulheres no parlamento do Ruanda. A capital de Ruanda Kigali converteu-se em um símbolo de superação e triunfo. Sua beleza natural se realça com ruas de asfalto impecável ladeadas por cuidados jardins, enquanto batalhões de operários perfuram, medem e constroem. Os arranha-céus já terminados e os edifícios que avançam rápido sob as gruas são a imagem de progresso que o Governo não deixa de proclamar. Com 8% de crescimento na última década, o minúsculo país de pouco mais de 26.000 quilômetros quadrados recebe ajudas de fundações e doadores que “sentem que assim reduzem a culpa por sua passividade durante o genocídio”, segundo opositor no exílio Sul Africano.

Enquanto isso, o parlamento mais feminino do mundo -64% das cadeiras estão ocupadas por deputadas, a única assembleia no mundo dominada por mulheres permite às autoridades vender uma imagem de igualdade e democracia que consegue esconder as sombras. Dependente das ajudas e, oficialmente, das exportações de café e de chá, a economia de Ruanda segue manchada pela pobreza rural, sobretudo no Sul, onde se concentra a população hutu, majoritária. Na grande rotunda do centro de Kigali e na zona de ministérios -onde qualquer um que queria investir ou trabalhar está condenado a gastar paciência e formulários para poder conseguir uma coleção de autorizações, os cidadãos caminham impolutos, sempre com o mesmo mantra: 'Tudo é novo em Kigali, agora convivemos em paz' os comentários de líderes regionais, proprietários de cantinas e até de presos que cumprem condenação por ter planejado as matanças são similares. O partido que Governa hoje o país com maior densidade populacional da África-11 milhões de habitantes,437 por quilometro quadrado, era um grupo rebelde Tutsi antes do genocídio. Sua cúpula está formada por refugiados que cresceram na vizinha Uganda e no início dos anos 90 entraram pelo norte de Ruanda para derrubar o Governo Hutu. O atual presidente do país, Paul Kagame, era então o líder desta rebelião, uma insurreição que também somou atrocidades em seu histórico, tanto antes como depois do genocídio, embora as tenha redimido com a vitimização exclusiva reservada aos tutsis. É difícil saber qual é a porcentagem de hutus e tutsis no Governo, a etnia já não aparece nas cédulas de identidade e as políticas de reconciliação incluem não ressaltar essa diferenciação. Mas cada um sabe quem é quem, e entre a população hutu, até mesmo entre a oposição forçada ao exílio, as pessoas reconhecem claramente que “o poder está nas mãos da minoria tutsi”

A organização e a comunicação são sem dúvida duas matérias bem praticadas pelo Governo atual, que defende uma história na qual se culpa sutilmente uma étnica inteira, a hutu, enquanto se esmera em cuidar das relações públicas. Kagame é o presidente Africano mais seguido no Twitter, uma rede muito utilizada pelas autoridades. Com sorrisos e postagens mídias sociais, esculpe-se a imagem de desenvolvimento que mantém a ajuda internacional fluindo convertidas em atração turística, os macabros museus da tragédia, com as roupas dos mortos, os crânios e inclusive corpos embalsamados semidecompostos, deixam mudos os visitantes. Os mais visitados de Ruanda são os gorilas e os mortos. Ambos incapazes de falar.

Enfim, mesmo com tais posicionamentos políticas, Kagame ainda possui boas relações com muitos países Ocidentais, o que é sua tentado principalmente pela sua agenda econômica, ainda mais pelo fluxo financeiro de doações de ONGs e de múltiplos governos que Ruanda passa a receber após o genocídio, aumentando o interesse de muitos nestes pequeno país. Podemos refletir sobre a relação de General Paul Kagame com o Ocidente a partir da obra

“Ruanda,inc”, de Crisafulli e e Redmond, 2012, que escrevem esse livro para refletir acerca da política Econômica de Kagame. Todavia, a obra, financiada pela VISA INC possuindo inclusive um prefácio de diretor comercial da Empresa). Mais parece um panfleto de propaganda do atual governo de Ruanda, buscando enaltecer a figura de Kagame e as conquistas que realizou para seu país. Na obra, Kagame é visto como uma figura chave para o desenvolvimento de Ruanda, já que a sua maneira de administrar o país não proveria “do modo Africano Tradicional” (conforme aponta a obra), mas sim de uma maneira “Mais África”, parecida com o posicionamento de um empresário ou diretor de uma Campânia. Desta forma a liderança e o modo de Governar de Paulo Kagame são entendidos como se Tivessem Kagame no Trecho acima se aproxima de uma figura política neo-liberal, crença no mercado e na ação da iniciativa privada. (Kabunda, 2008, p. 55).

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARAÚJO, Clara. **Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil.** In: Revista Estudos Feministas, ano 9, 2001.

BARNETT, Michael. **Eye Witness to genocide: The United Nations and Ruanda.** Nova York: Cornell University Press, 2003.

BARNETT, Michael. **Eye Witness to genocide: The United Nations and Ruanda.** Nova York: Cornell University press, 2003.

BOSELEY, Sarah. **Ruanda: A revolution in rights for women.** The guardian, 2010. Disponível em: <https://www.guardian.co.uk/world/2010/28/women-rights-ruanda>. Acesso em 20 mar. 2018.

BOURGEOIS, E. **La formation continue des maitres non qualifiés: Une évolution prospective.** (Document de travail), Ministère de l'enseignement Primaire ET Secondaire, Direction de la Planification, Kigali, Juillet, 1987.

BRUNETEAU, Bernard. **O Século dos Genocídios.** -24 nov 2013, 2008 idee europeus no século XX. COOPER, Frederic. Africa since 1940. New York Cambrigde University, Press, 2002.

BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África negra. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

CLAY, Daniel. KAMPAYANA, Theobald. KAYITSINGA, Jean. Inequality and the emergence of Non-farm employment in Rwanda, Michigan, 1990.

COSTA, E. F. Ferreira. **O Toque Femininos na Reconstrução do Ruanda Pos –Genocídio.** Ruanda, 2012, Revista Publicado em abril, Nº 5, 2013.

Densidade demográfica e o desafio de ambiental na Holanda e no Ruanda. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br>. Acesso em 25 de junho de 2018.

DESFORGES, Alison. **Leave None to Tell the Story Genocide in Ruanda.** Human Rights Watch, Março de 1999.

FERRO, Marc. História das colonizações: das conquistas as independências, séc XVIII a XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Genocídio em Ruanda e as suas Repercussões. 2010. Versão portuguesa disponível em <http://www.cidadevirtual.pt/Acnur/Sowr2000/index.html>. Acesso em: 30 de maio 2018.

JOSEPH, Ki-Zerbo. **História da África Negra.** Ouagadougou Burkina Faso, 2006. Lisboa: Publicações Europa-America. S.d . v2. Tradução de Carlos de Brito, Rio de Janeiro, Pallas, 2009.

KINZER, Stephen. **A Thousand Hills Ruandes Rebirth and the man Who Dreamed It**. 1º Edição. Nova Jersey: Wiley & sons INC, 2008.

MARQUET.J.J. **Reino de Ruanda**. In: Forde Daryll. Org. *Mundos Africanos*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1975.

MUNANGA, Kabengela. *Origens África do Brasil Contemporânea, Historia-Linguagem Desafio da África no século XXI*. São Paulo, Editora SARAIVA, 2009.

ONU Mulheres. Disponível em <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/mulheres>>. Acesso em 25 de junho de 2018

ONU Promove papel Da Mulheres na Sociedade Africana. *Voz da América*, 2013. Disponível em: <http://www.voportugues.com/content/article/1581528.html>. Acesso em 21 de junho de 2018.

OUTHWAITE, William. **Dicionário do Pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zehar, 1ª Edição, 1996.

PEREIRA JUNIOR, E. Araújo. **Crime e Genocídio Segundo Os Tribunais AD Hoc da ONU para Ex-Iugoslavia e Ruanda**. Curitiba, Juruá Editora, 2010.

PHILIP, Gourevitch. **Gostaria e informa-lo de que amanhã seremos mortes com nossas famílias**. *Histórias de Ruanda*, tradução José Carlos. São Paulo-SP, Editora Schwarcz Ltda, 1998.

PINTO, S. Rodrigues. **A Memória, Verdade e Responsabilização: Uma perspectiva restaurativa da Justiça transicional**. Brasil: editora universidade de Brasília, 2012.

REFUGIADOS. Disponível em <https://www.acnur.org>. Lisboa, Guia rápido,1995.

RODRIGUES Roney. **Conheça a história das primeiras mulheres eleitas no Brasil**. *REVISTA SUPER INTERESSANTE*, 2014. Disponível em: <http://super.abril.com.br/blogs/historia-sem-fim/conheça-a-historia-das-primeiras-mulheres-eleitas-no-brasil/>. Acesso em 27 de setembro de 2017.

RUANDA. *Constituição de La Republique Ruandês*. 1ª Ed. KIGALI: L Imprimiria Du Ruanda,1962.

SAID, Edward. *Orientalismo: oriente como invenção do ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

SENADO FEDERAL. **10 anos da Lei Maria da Penha: uma Conquista da Luta das Mulheres**. 2016. Disponível em: <HTTP://www12.senado.leg.br/institucional/omv/destaques/10-anos-da-lei-maria-da-penha-1/>. Acesso em 05 de novembro de 2016.

WILLIANS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992

Sites e portais consultados:

<http://www.africa.turismo.com/mapas/ruanda.htm>

<http://www.infoescola.com/áfrica/ruanda>.

<http://www.parliament.gov.rw/draft-law-relating-to-regulation-governing-civil-aviation>. Portal do Governo de Ruanda. Acesso em 25 de junho de 2018.

<http://www.grandeslacos.net/doc/1317.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2018.

<https://www.minasenerj.com.br>. Acesso em 25 de junho de 2018.

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2014/04/07>. Acesso em 29 de junho de 2018.

<https://share.america.gov>. Acesso em 25 de junho de 2018.

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/10/131019_ruanda_tecnologia_pai

<https://www.uol.com.br>. Acesso em 22 de maio de 2018.

<https://www.deepask.com>

<https://share.america.gov>

<https://www.ecodebate.com.br>.